

17 de Dezembro de 2004

Conta Satélite da Saúde 2000 (Dados Provisórios)

DESPESA EM SAÚDE NO ANO 2000

No ano 2000, a despesa total em saúde atingiu o valor de 10 412,2 milhões de euros, representando 9,0% do Produto Interno Bruto (PIB) e correspondendo a uma despesa de 1 012 euros *per capita*.

O Instituto Nacional de Estatística divulga, pela primeira vez, os resultados da Conta Satélite da Saúde, um projecto-piloto desenvolvido com a colaboração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF), da Direcção-Geral da Saúde (DGS) e da Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças e da Administração Pública (DGEP).

1. Despesa Total em Saúde por Fontes de Financiamento

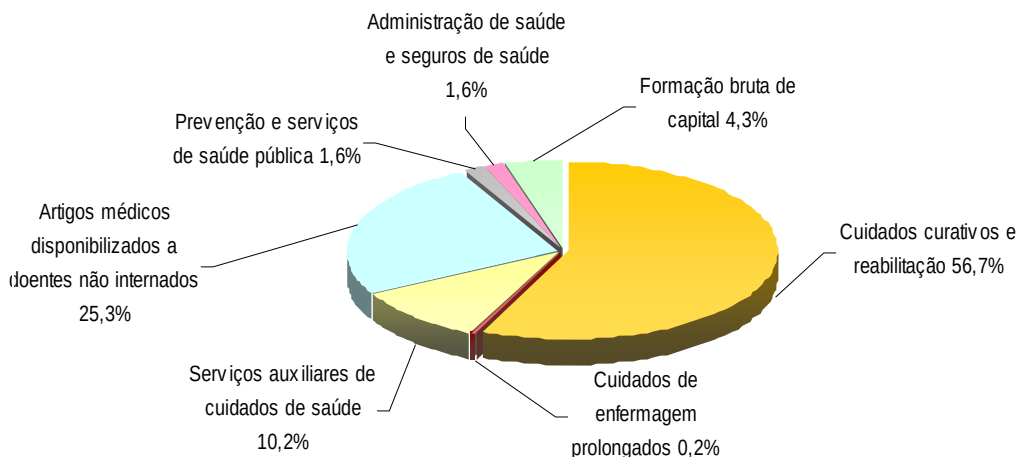
A despesa pública em saúde, no valor de 6 682,1 milhões de euros, representou cerca de 64,2% da despesa total em saúde, equivalente a 5,8% do PIB e a 649 euros *per capita*. Do total da despesa pública, 95,7% foram gastos em despesa corrente e o restante em Formação Bruta de Capital. As principais fontes de financiamento da despesa pública foram o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os subsistemas de saúde públicos que, em conjunto, financiaram 6 398,2 milhões de euros, ou seja, cerca de 61,4% da despesa total em saúde.

O sector privado gastou cerca de 3 730,1 milhões de euros em saúde, dos quais 165 milhões de euros em Formação Bruta de Capital e 3 565,2 milhões de euros em despesa corrente. A despesa privada correspondeu a 35,8% da despesa total em saúde, com um peso no PIB de 3,2% e equivalente a 362 euros *per capita*. A principal fonte de financiamento do sector privado teve origem nas famílias que despenderam 3 134,8 milhões de euros em bens e serviços de saúde, representando cerca de 30,1% da despesa total.

2. Despesa Total em Saúde por Função de Cuidado de Saúde

Os cuidados de saúde pessoais representaram 92,4% da despesa total em saúde. Em termos funcionais, cerca de 5 907,6 milhões de euros foram gastos em cuidados curativos e de reabilitação, correspondendo a mais de metade da despesa total em saúde. Realça-se ainda a importância dos artigos médicos disponibilizados a doentes não internados (25,3%), onde se gastou 2 631,7 milhões de euros, e dos serviços auxiliares de cuidados de saúde (10,2%), em que se gastou 1 067 milhões de euros. Os cuidados de enfermagem prolongados representaram apenas 0,2% da despesa total em saúde.

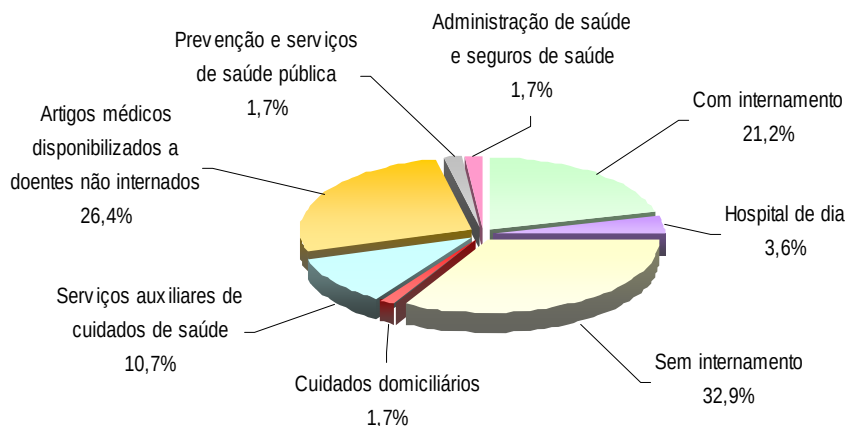
Despesa Total em Saúde por Função de Cuidado de Saúde (Ano 2000)



3. Despesa Corrente Total em Saúde por Modo de Produção

A análise da despesa corrente total por modo de produção permite avaliar a composição da despesa dos serviços de cuidados de saúde prestados a doentes internados e não internados, nomeadamente, no hospital de dia, em ambulatório e no domicílio. Em 2000, a despesa em serviços de cuidados de saúde prestados a doentes não internados foi superior à despesa com doentes internados. Com efeito, a despesa com doentes não internados atingiu os 3 281,9 milhões de euros, representando 32,9% da despesa corrente total e o montante gasto em cuidados de saúde prestados a doentes internados representou cerca 21,2% do total, correspondendo a um montante de 2 114,1 milhões de euros. Os cuidados domiciliários e os cuidados dia representaram cerca de 1,7% e 3,6%, respectivamente. Ao nível da despesa corrente salienta-se a importância dos artigos médicos dispensados a doentes não internados (26,4%) e dos serviços auxiliares de cuidados de saúde (10,7%).

Despesa Corrente Total em Saúde por Modo de Produção (Ano 2000)

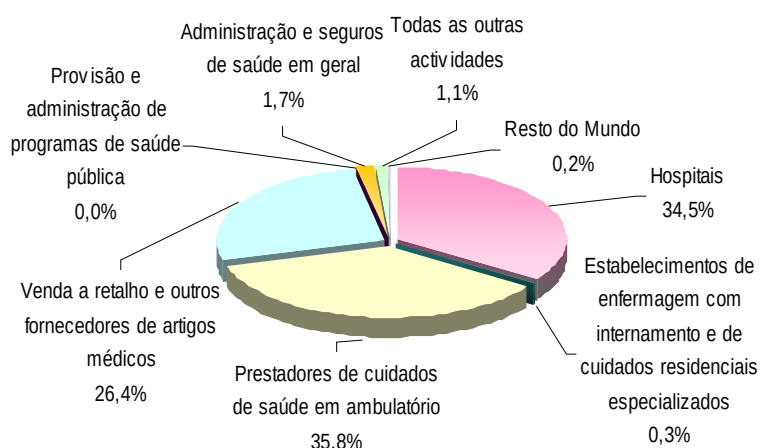


4. Despesa Corrente em Saúde por Prestador

Os principais prestadores de cuidados de saúde, hierarquizados de acordo com o nível de despesa em saúde, foram: os prestadores de cuidados em ambulatório (3 568 milhões de euros; 35,8%), os hospitais (3 438,1 milhões de euros; 34,5%) e a venda a retalho e outros fornecedores de artigos médicos, incluindo farmácias (2 631,7 milhões de euros; 26,4%). No conjunto, estes prestadores concentraram cerca de 96,8% da despesa corrente em saúde, no valor de 9 637,8 milhões de euros.

Os prestadores com baixos níveis de despesa foram: administração da saúde e seguros em geral (167,4 milhões de euros; 1,7%), outras indústrias (inclui os cuidados de saúde ocupacional e todos os restantes produtores secundários tais como, os hospitais militares e prisional) (108,8 milhões de euros; 1,1%), estabelecimentos de enfermagem com internamento e cuidados residenciais especializados (29,9 milhões de euros; 0,3%), resto do mundo (15,7 milhões de euros; 0,2%) e a provisão e administração de programas de saúde pública (0,8 milhões de euros; 0,01%).

Despesa Corrente Total por Prestador de Cuidado de Saúde (Ano 2000)



5. Despesa Corrente na Saúde por Função e Actividade Prestadora

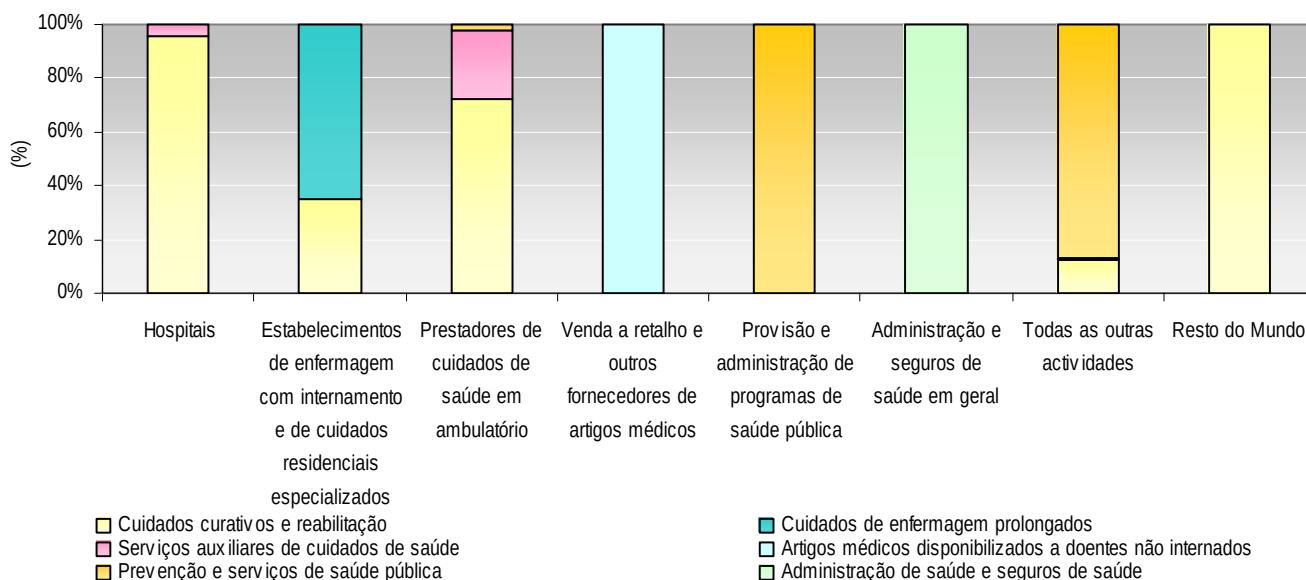
A despesa corrente total pode ser decomposta de forma a analisar a despesa corrente na saúde de cada prestador, por função de cuidados de saúde.

Os hospitais gastaram 3 293,3 milhões de euros, cerca de 95,8% da sua despesa corrente na prestação de cuidados curativos e reabilitação, com doentes internados e não internados, em particular, em hospital de dia, em ambulatório e em serviços domiciliários.

A maior parte da despesa dos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório foi efectuada em cuidados curativos e de reabilitação, no valor de 2 574,5 milhões de euros. Os serviços auxiliares de saúde foram fornecidos

por prestadores de cuidados de saúde em ambulatório (921,6 milhões de euros; 86,4%) e pelos hospitais (144,8 milhões de euros; 13,6%).

Despesa Corrente Total por Prestador e Função de Cuidado de Saúde (Ano 2000)



6. Despesa Corrente na Saúde, por Actividade Prestadora e Fontes de Financiamento

A decomposição da despesa total em saúde permite identificar que unidades financiam que tipo de prestadores de cuidados de saúde, bem como de que forma cada prestador é financiado pelas várias unidades.

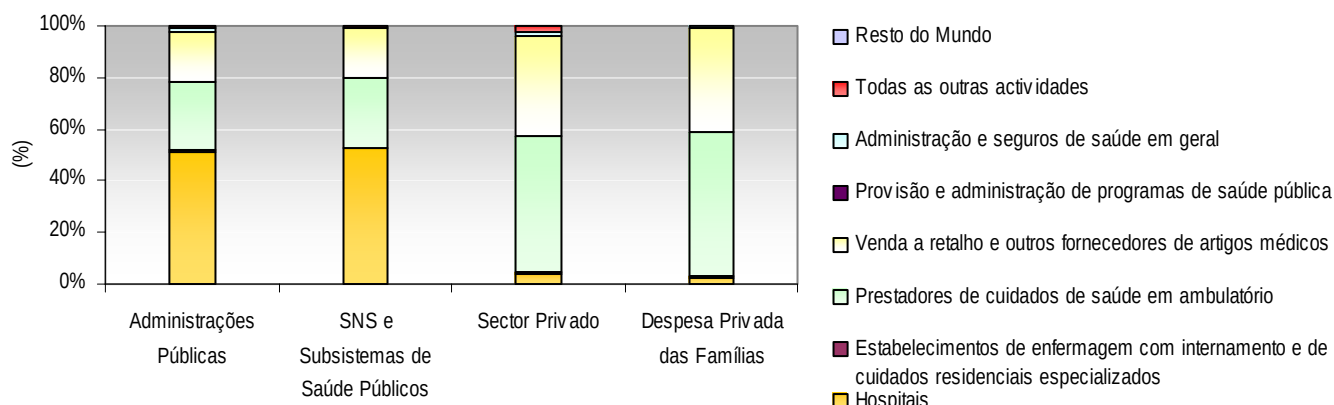
As administrações públicas financiaram no montante de 6 395,3 milhões de euros a despesa corrente total em saúde. Cerca de 51,4% (3 286,4 milhões de euros) da sua despesa corrente em saúde destinaram-se ao financiamento dos hospitais, 26,6% (1 701,3 milhões de euros) aos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório e 19,3% (1 232,6 milhões de euros) aos produtos de venda a retalho e outros artigos médicos.

O SNS e os subsistemas de saúde públicos representaram 97,1% do total da despesa corrente das administrações públicas. Do total da despesa corrente do SNS e dos subsistemas de saúde públicos foram gastos 3 271,8 milhões de euros em hospitais, 1 677,3 milhões de euros para financiar prestadores de cuidados de saúde em ambulatório e 1 232,6 milhões de euros nas aquisições de medicamentos e de outros artigos médicos.

O montante de financiamento da despesa corrente em saúde do sector privado foi de 3 565,2 milhões de euros dos quais, 1 866,7 milhões de euros (52,4%) destinaram-se ao financiamento de prestadores de cuidados de saúde em ambulatório e 1 399,1 milhões de euros (39,2 %) ao financiamento de medicamentos e de outros artigos médicos.

A despesa privada das famílias representou 87,9% do total de despesa corrente em saúde do sector privado. Em 2000, as famílias gastaram 3 134,8 milhões de euros em bens e serviços de saúde. Grande parte desta despesa destinou-se aos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório (1 753,6 milhões de euros; 55,9%) e aos medicamentos e outros artigos médicos (1 277,6 milhões de euros; 40,8%).

Despesa Corrente Total em Saúde por Prestador e Fontes de Financiamento (Ano 2000)



Ao nível de cada prestador, observa-se que as administrações públicas financiaram cerca de 95,6% da produção dos hospitais, tendo 95,2% correspondido a financiamento proveniente do SNS e de subsistemas de saúde públicos. O sector privado financiou 51,4 % da produção dos estabelecimentos de enfermagem com internamento e de cuidados residenciais especializados, nomeadamente através da despesa privada das famílias. A despesa dos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório foi suportada principalmente pelo SNS e subsistemas de saúde públicos (47,0%), e pelas famílias (49,1%). As famílias (48,5%), o SNS e os subsistemas de saúde públicos (46,8%) financiaram a maior parte da despesa em produtos de venda a retalho e noutros artigos médicos, nos quais se incluem os medicamentos.

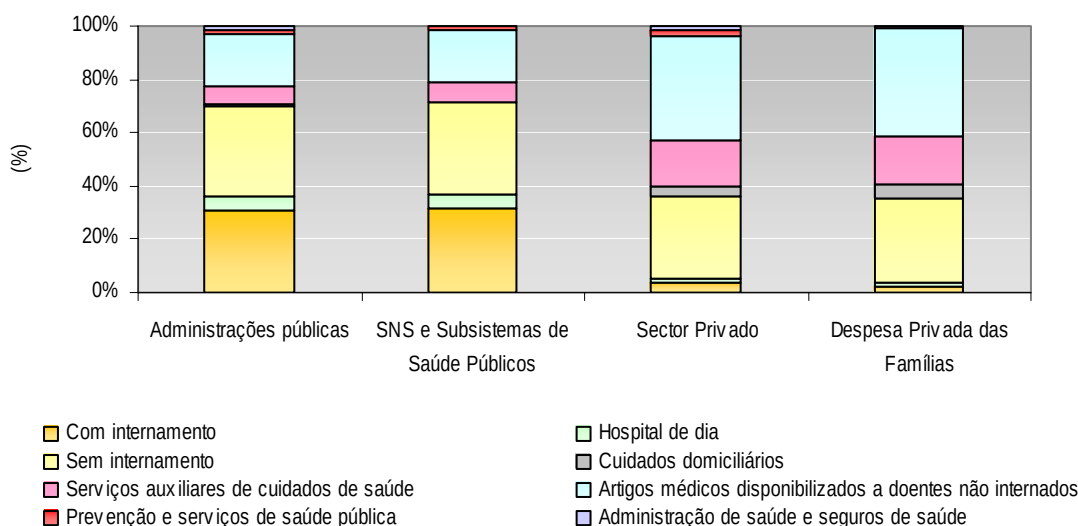
7. Despesa Corrente na Saúde, por Função e Fontes de Financiamento

Analisando as diferentes fontes de financiamento por função de cuidado de saúde agrupadas por modo de produção, pode observar-se que as administrações públicas foram responsáveis, principalmente, pelo financiamento dos serviços de cuidados de saúde sem internamento (2 185,5 milhões de euros; 34,2%), dos serviços com internamento (1 988,9 milhões de euros; 31,1%) e dos artigos médicos disponibilizados a doentes não internados (1 232,6 milhões de euros; 19,3%).

O SNS e os subsistemas de saúde públicos repartiram a maior parte da sua despesa corrente em serviços com internamento (31,7%), na prestação de serviços sem internamento (34,6%) e com artigos médicos disponibilizados a doentes não internados (19,8%).

O financiamento do sector privado distribuiu-se sobretudo pela despesa de serviços de cuidados de saúde pessoais sem internamento (1 096,3 milhões de euros; 30,8%), em artigos médicos disponibilizados a doentes não internados (1 399,1 milhões de euros; 39,2%) e em serviços auxiliares de cuidados de saúde (603 milhões de euros; 16,9%).

Despesa Corrente Total por Modo de Produção e Fontes de Financiamento (Ano 2000)



As famílias financiaram maioritariamente a aquisição de artigos médicos disponibilizados a doentes não internados (40,8%), os serviços sem internamento (31,5%) e os serviços auxiliares de cuidados de saúde (18,5%).

Os serviços de cuidados de saúde com internamento (94,1%), hospital de dia (84,3%) e serviços sem internamento (66,6%) foram financiados, em grande parte, pelas administrações públicas, principalmente pelo SNS e subsistemas de saúde públicos.

Por outro lado, as famílias suportaram cerca de 88,5% da despesa total dos serviços de cuidados de saúde domiciliários.

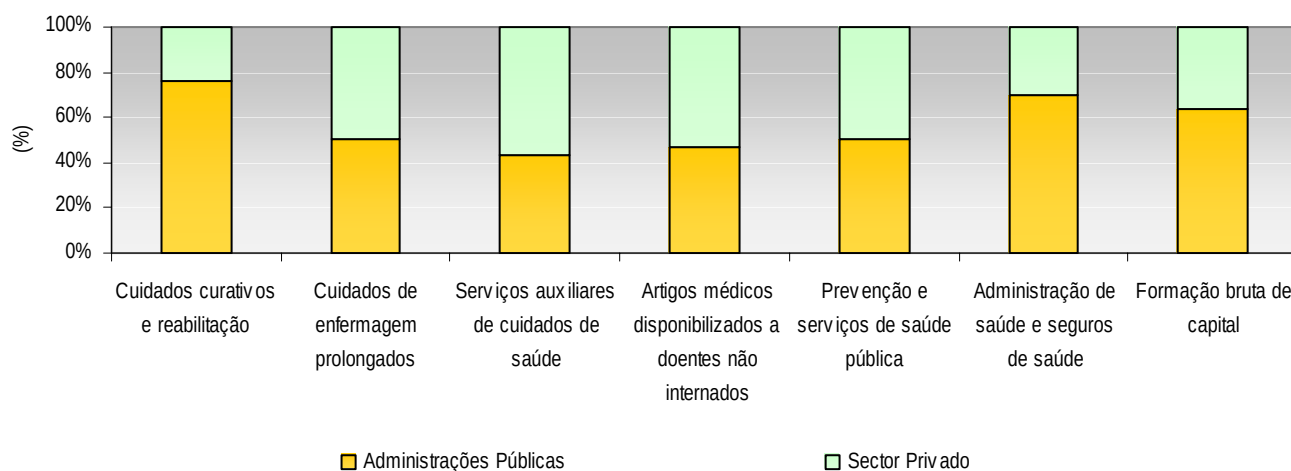
A despesa em artigos médicos disponibilizados a doentes não internados e em serviços auxiliares de cuidados médicos foi financiada pelo SNS e subsistemas de saúde públicos (45,8%) e pelas famílias (50,2%).

A despesa em serviços de medicina preventiva e de saúde pública foi financiada em cerca de 49,4% pelo SNS e subsistemas de saúde públicos, sendo o restante pelas sociedades. A administração de saúde e seguros de saúde foram financiados por outras instituições públicas, pelas famílias e pelas sociedades.

8. Despesa Total em Saúde incluindo as Funções relacionadas com a Saúde

A análise da distribuição funcional da despesa total em saúde, por agente financiador, incluindo a Formação Bruta de Capital permite destacar o financiamento dos cuidados curativos e de reabilitação, dos cuidados de enfermagem prolongados e da Formação Bruta de Capital. As famílias (1 255,5 milhões de euros; 21,3%), o SNS e os subsistemas de saúde públicos (4 431,9 milhões de euros; 75,0%) suportaram 96,3% da despesa total em cuidados curativos e de reabilitação. O financiamento dos cuidados de enfermagem prolongados foi efectuado pelas administrações públicas (50,7%), e pelas famílias (38,3%). O SNS e os subsistemas de saúde públicos foram responsáveis pelo financiamento de cerca de 41,4% da Formação Bruta de Capital dos prestadores de cuidados de saúde. As outras fontes de financiamento foram as restantes unidades da administração pública, os subsistemas de saúde privados, as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias e as empresas.

Despesa Total em Saúde por Função de Cuidado de Saúde e Fontes de Financiamento (Ano 2000)



Notas Metodológicas:

A implementação da Conta Satélite da Saúde em Portugal teve como referência os princípios, conceitos, definições e classificações presentes no manual "System of Health Accounts" – versão 1.0" da OCDE (SHA), o qual se baseia no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN - 93) e no Sistema Europeu de Contas 1995 (SEC 1995), que constitui a versão europeia, de aplicação com carácter obrigatório.

O manual SHA da OCDE recomenda a classificação das unidades institucionais de acordo com a nomenclatura proposta na Classificação Internacional para as Contas da Saúde ("International Classification for Health Accounts") (ICHA), contemplando a vertente tridimensional dos sistemas de saúde:

- **Actividades prestadoras de cuidados de saúde (ICHA-HP) destinadas ao consumo final:** compreende os produtores cuja actividade principal e secundária é a produção de serviços de saúde. Os produtores que têm como actividade principal a prestação de cuidados de Saúde (ex: Hospitais). Os produtores que prestam serviços de cuidados de saúde como actividade secundária (ex: Lares de Terceira Idade). Exclui a produção intermédia destinada a intra consumo das actividades prestadoras (ex: Industrias farmacêuticas).

- **Fontes de financiamento de cuidados de saúde (ICHA-HF):** engloba todas unidades institucionais que financiam directamente os sistemas de saúde nacionais (ex: Serviço Nacional de Saúde, Subsistemas de Saúde Públicos / Privados, Despesa Privada das Famílias).

- **Funções de cuidados de saúde (ICHA-HC):** referem-se a produtos / serviços de cuidados de saúde, ou seja, à estrutura funcional da produção no sistema de cuidados de saúde. Considera-se como critério de classificação a funcionalidade específica da produção das actividades de cuidados de saúde para uso final, isto é, se um acto médico envolver diferentes funções, deverá classificar-se na função do objectivo principal.

Despesa total em saúde: mede os empregos finais das unidades residentes de bens e serviços de saúde + Formação Bruta de Capital em actividades prestadoras de saúde (instituições em que a actividade principal é a saúde).

$$\text{Despesa total em saúde} = \text{Despesa corrente total em saúde} + \text{Formação Bruta de Capital}$$

Despesa corrente em saúde: está integrada no conceito da despesa interna bruta total. Exclui as exportações de serviços de saúde (prestadas por serviços residentes a unidades não residentes). Inclui as importações (despesas em saúde fora do território económico efectuadas por residentes).

Despesa corrente total em saúde = Despesa total em cuidados de saúde pessoais + Serviços de saúde pública e de prevenção + Administração de saúde e seguros de saúde

Despesa total em cuidados de saúde pessoais = Serviços de cuidados de saúde pessoais + Artigos médicos disponibilizados a doentes não internados

Serviços de cuidados de saúde pessoais = Cuidados curativos e reabilitação + Cuidados de enfermagem prolongados + Serviços auxiliares de saúde

Artigos médicos disponibilizados a doentes não internados = Produtos farmacêuticos e outros artigos médicos não duráveis + Aparelhos terapêuticos e equipamento médico durável

Formação Bruta de Capital em actividades de saúde: compreende a despesa em bens de investimento, efectuada pelas actividades prestadoras onde os cuidados de saúde são a actividade principal, que aumentam o stock de recursos do sistema de saúde e duram mais do que um período contabilístico.